

Trabalhadores da região celebram fim da escala 6x1

Trabalhadores da região celebram fim da escala 6x1

Enquanto funcionários comemoram a perspectiva de mais tempo para descanso, setor empresarial teme o aumento dos custos

REATRIZ MIRELE
retrazmirele@iguglo.com.br
JÃO VITOR EMPERDA
jvemp@iguglo.com.br

A aprovação no Congresso Nacional da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 221/2019, que prevê o fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso), foi celebrada pelos trabalhadores do Grande ABC, mas despertou preocupação entre empresários da região. Enquanto funcionários veem na medida a possibilidade de ter mais tempo de descanso e convivência familiar, representantes do setor empresarial temem o aumento dos custos para contratação de novos funcionários e o consequente repasse de despesas aos preços de produtos e serviços. A promulgação do

texto está prevista para hoje. A proposta recebeu 75 votos favoráveis na quarta-feira (14) no Senado. O parlamentar Hamilton Mourão (República/RS), ex-vice-presidente da República, foi o único que se manifestou contra. O limite anual de 44 horas semanais será reduzido para 42 horas após dois meses da PEC ser publicada no *Diário Oficial*, um ano depois desse período, cairá para 40 horas. Um dos dois dias de descanso deverá ser, preferencialmente, o domingo.

O Ministério do Trabalho e Emprego projeta que o novo modelo de jornada de trabalho (escala 3x2) pode beneficiar 14,9 milhões de trabalhadores no Brasil. Entre os estados, São Paulo possui o maior número absoluto de pessoas anualmente com apenas uma folga (4,28 milhões).

Para a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a redução da jornada, com manutenção dos salários, elevará os custos de produção em até R\$ 267,2 bilhões e resultará em queda de 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, o equivalente a R\$ 76,9 bilhões. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wellington Damasceno, classificou a mudança como um mau negócio para a classe trabalhadora. "É a maior conquista desde a Constituição de 1988, que trouxe os direitos sociais e uma série de garantias trabalhistas. Então, de fato, é um momento de celebração". Segundo ele, as entidades sindicais precisam agora negociar com as empresas a implementação da jornada durante a transição. "Adequar a realidade de cada empresa e

Fala, povo



"Já trabalhei na minha aniversário, já trabalhei Dia dos Pais. As vezes não estou presente na vida do meu filho."



"O brasileiro trabalha demais e precisa de descanso. Não é só o empregador que tem que ter vantagem."



"Menos dias de trabalho e o salário tem que se manter o mesmo coisa. Acho que será mais difícil."

setor, visando manter a atividade, a competitividade das empresas, mas trazendo um ganho perceptível para os trabalhadores."

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano ressaltou que a medida ocorrerá após "anos de luta e mobilização". "É um importante avanço na defesa dos direitos de quem trabalha e movimento o nosso País todos os dias. Seguimos firmes na luta por melhores condições de trabalho e valorização profissional", informou em nota.

O presidente do IST (Tribunal Superior do Trabalho), ministro Vieira de Mello Filho, destacou os benefícios especialmente às mulheres, que "acumulam as responsabilida-

des profissionais e o trabalho de cuidado em casa". De acordo com ele, a ação pode reduzir os impactos econômicos do adocamento no trabalho.

Entre 2015 e 2025, foram registrados 104 milhões de dias de afastamento por doença. "A iniciativa representa um passo importante para a proteção do bem-estar social", comentou o ministro.

Presidente do Setor (Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABC), Beto Moreira disse que haverá efeitos diretos no custo da mão de obra. "Com a ampliação do número de folgas e redução da carga horária, sem mexer no salário, vai ficar complicado manter preços. As empresas terão que

contratar e, desta forma, o valor do seu produto tem que ser majorado. Essa aprovação feita às pressas flagrantemente eleitoral e mal discutida vai impactar no bom funcionamento das empresas."

O presidente da CNI, Ricardo Alencar, apontou que a medida causará perda de competitividade e alta inflacionária. Com isso, o Congresso pode abrir "espaço para revisitar o tema visando encontrar a melhor solução para a economia". A CNI (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) indicou que alterações estruturais exigem aprofundamento técnico, diálogo e avaliação criteriosa sobre a sustentabilidade das empresas, especialmente as do setor.

Reorganização estratégica é chave para frear os impactos

Especialistas avaliam que os impactos do fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso) sobre as empresas dependerão das características de cada atividade e da capacidade de reorganização estratégica das equipes. A redução da jornada de 44 horas semanais para 40 horas até o fim de 2027 pode exigir investimentos em inovação e

mudanças de rota para ajudar a preservar a competitividade e minimizar os efeitos da medida. "Uma empresa de tecnologia que consegue reduzir custos e automatizar processos enfrenta uma realidade muito diferente de um restaurante ou hospital que precisa manter profissionais presentes durante o funciona-

mento", disse Leonardo David Quintilliano, professor de direito da Eseg. Ele explicou que o aprendizado é que a jornada pode produzir benefícios econômicos "quando a mudança vem acompanhada de inovação organizacional". Eduardo Santinoni, especialista em gestão empresarial e CEO da V Consultoria,

ponderou que é natural que exista preocupação, mas é importante buscar soluções que minimizem essa pressão e preservem a competitividade. "Não olhar para esse cenário como uma oportunidade de redimensionamento das equipes pode viabilizar novas fontes de receita e modelos de negócio capazes de compensar os impactos da mudan-

ça e até gerar novas chances de crescimento", avaliou Santinoni. A advogada Priscila Amos Reis, especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário, afirmou que a mudança não beneficia exclusivamente quem trabalha seis dias por semana. "Aqueles que já possuem duas folgas, mas cumprem 44 horas semanais, tam-

bém deverão observar a redução gradual da jornada. Por outro lado, quem já trabalha 40 horas semanais ou menos não terá necessariamente uma redução adicional."

A PEC prevê que não haverá alteração no salário. "Caso de seus contracheques e confira se a remuneração permanece correta após a implementação das novas regras. Caso identifique alteração, procure orientação jurídica ou sindical", aconselhou Priscila.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 5